Acervo ISA
CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP CLASS. :

DATA : 20 01 90 PG. : A-8

Índios

Procurador quer saber por que há pistas livres

Da Sucursal de Brasília

O procurador da República Osvaldo José Barbosa Filho quer que o ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, explique na Justiça "por que não foram interditadas todas as pistas de pouso clandestinas em território ianomami", no noroeste de Roraima. Para isso, ele disse que vai entrar com uma petição na 1ª Vara da Justiça Federal na próxima segunda-feira. A interdição das pistas foi determinada por uma liminar da 7ª Vara da Justiça Federal, expedida no dia 20 de outubro último e reeditada no dia 6 do mês passado.

Barbosa Filho afirmou que a Aeronáutica deveria atuar "mais efetivamente" no território indígena, "inutilizando" as pistas dos garimpeiros. Para ele, a simples interdição das pistas com cavaletes, que está sendo feita pela Polícia Federal, não é suficiente. "Basta que os garimpeiros retornem e tirem os cavaletes para a reativação das pistas", disse. O Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), sediado em São José dos Campos (SP), localizou mais de cem aeroportos clandestinos em áreas ianomami, através do satélite Landsat.

O ministro Moreira Lima foi procurado ontem às 19h em sua casa em Brasília e não foi encontrado. Ele havia saído, segundo o ajudante-de-ordens que atendeu o telefone. A Aeronáutica está dando apoio aéreo a uma operação de "atendimento emergencial" de saúde aos ianomami desde o último dia 3. Além disso, está atuando no transporte de garimpeiros desalojados do território indígena. Este auxílio logístico da Força Aérea está previsto no Plano de Defesa das Áreas Ianomami e da Floresta Nacional, decretado por Sarney no dia 12 de dezembro passado.

O plano foi decretado a partir de liminar da Justiça que ordenou a interdição dos aeroportos. Além dessa tarefa, a liminar também ordenou a "retirada imediata" dos 40 mil garimpeiros invasores do território ianomami. A operação foi delegada ao diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que enviou 266 agentes à região. Em função de um "termo de compromisso" assinado pela PF e pelo governo de Roraima com os garimpeiros, no dia 9 último, Tuma também foi convocado para dar explicações à Justiça. No termo, assinado com a anuência do ministro da Justiça, a PF aceitava a permanência dos garimpeiros em território interditado pela Justiça. A liminar concedeu uma área de 9,4 milhões de hectares aos índios.

Banco de Dados

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima